

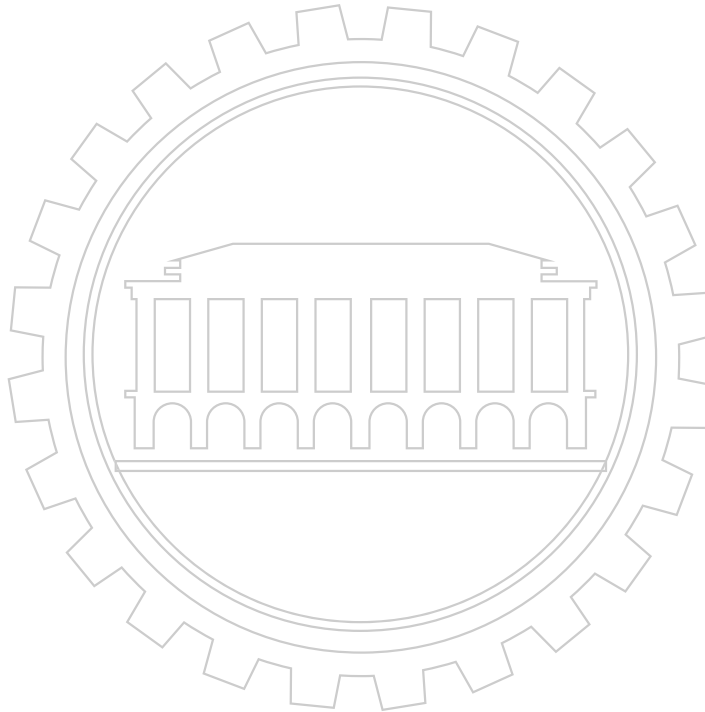


MINISTÉRIO DAS
FINANÇAS
REPÚBLICA DE ANGOLA

Boletim Estatístico das Finanças Públicas

2º Trimestre

Ficha Técnica



Título:	Boletim Estatístico das Finanças Públicas (BEFP) – 2º Trimestre de 2018
Capa e Edição:	Gabinete de Comunicação Institucional (GCI)
Supervisão:	Archer Mangureira, Ministro das Finanças Aia-Eza da Silva, Secretária Estado para o Orçamento e Investimento Público Vera Daves de Sousa, Secretária do Estado para as Finanças e Tesouro
Coordenação:	Oswaldo Victorino João, Director do Gabinete de Estudos e Estatística
Equipa Técnica:	Nicola Mvuayi, Chefe de Departamento de Estudos e Estatística Edilásio Caleia Lusanga Miakongo
Design e Paginação:	Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa (GCII)
Endereço:	Largo da Mutamba Palácio das Finanças
C.P.:	1235, Luanda - Angola
Telefone:	+(244) 222 706 000 / +(244) 222 706 101
E-mail:	dee.gce.minfin@minfin.gov.ao
Site:	http://www.minfin.gov.ao

DISTRIBUIÇÃO

Gratuita

O Ministério das Finanças agradece a sua contribuição e sugestões.
Reprodução autorizada com menção a fonte.
Todos os direitos reservados.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

NOTA EDITORIAL

EDITORIAL NOTE

O Boletim Estatístico das Finanças Públicas (BEFP) é uma publicação periódica do Ministério das Finanças, onde se encontram sistematizadas informações sobre o sector fiscal, bem como de indicadores da dívida.

O BEFP, tem como objectivo principal a apresentação aos investidores, decisores e a sociedade em geral, dos resultados da execução fiscal e da evolução da dívida, servindo assim como um instrumento importante que se insere numa linha de política da transparência de gestão dos fundos públicos face os stakeholders.

A síntese da execução fiscal, em particular, cobrindo os principais indicadores como a execução da receita do Estado e da despesa pública, vai permitir aos utilizadores desta informação ter uma visão mais ampla do processo de execução fiscal em Angola.

O BEFP tem periodicidade trimestral, e nesta publicação são apresentados os resultados referentes aos meses de Abril, Maio e Junho de 2018, comparativamente ao 1º trimestre de 2018.

No que concerne a metodologia, a receita e a despesa são apresentadas na óptica de caixa, tendo como fonte o Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE).

The Public Finance Statistical Bulletin (BEFP) is aperiodical publication of the Ministry of Finance, where information on the fiscal sector as well as debt indicators is systematized.

The main objective of the BEFP is to present to investors, decision-makers and society in general the results of fiscal performance and debt evolution, thus serving as an important instrument that is part of a policy of transparency of management of public funds to stakeholders.

The synthesis of fiscal performance in particular, covering key indicators such as the implementation of state revenue and public expenditure, will enable users of this information to take a broader view of the fiscal execution process in Angola.

The BEFP has a quarterly periodicity, and in this publication the outcomes for the months of April, May and June 2018 are presented, compared to the first quarter of 2018.

Regarding the methodology, revenues and expenditures are presented in a cash perspective, with the main source of information being the "Integrated System for Financial Management" (SIGFE).

CONTEÚDO

CONTENTS

NOTA EDITORIAL	EDITORIAL NOTE	
1. Receitas Públicas	Government Revenue	7 11
1.1 Receitas por Natureza Económica	Revenue by Economic Nature	11
2. Despesas Públicas	Government Expenditure	12
2.1 Despesas por Natureza Económica	Expenditure by Economic Nature	12
2.2 Despesas por Órgão do Governo	Government Departments Expenditure	13
2.3 Análise do Grau de Execução da Despesa	Budget Execution	14
3. Dívida Pública	Public Debt	15
3.1 Operações da Dívida Pública	Public Debt Operations	15
4. Gráficos	Charts	19
5. Glossário	Glossary	23

LISTA DE TABELAS

LIST OF TABLE

Tabela 1. Receita por Natureza Económica	Revenue by Economic Nature	11
Tabela 2. Despesa por Natureza Económica	Expenditure by Economic Nature	12
Tabela 3. Despesa por Órgão do Governo	Government Expenditure by Departments	13
Tabela 4. Despesa por Função	Government Expenditure by Function	14
Tabela 5. Operações da Dívida Pública	Debt Operations	15

GRÁFICOS

CHARTS

Gráfico 1. Receita por natureza económica	Revenue by Economic Nature	19
Gráfico 2. Despesa por natureza económica	Expenditure by Economic Nature	19
Gráfico 3. Despesa por função	Government Expenditure by Function	19
Gráfico 4. Grau de execução da despesa liquidada por função	Budget Execution	20
Gráfico 5. Serviço da dívida pública	Public Debt Service	20
Gráfico 6. Desembolsos da dívida	Disbursements	20
Gráfico 7. Stock da dívida pública	Public Debt Stock	20



TABELAS

TABLES

1. RECEITAS PÚBLICAS

GOVERNMENT REVENUE

1.1 RECEITAS POR NATUREZA ECONÓMICA

REVENUE BY ECONOMIC NATURE

Tabela 1. Receita por Natureza Económica (Akz mil milhões)

N.º	Descrição	OGE 2018	Execução		Estrutura II Trim.	Variação	Grau de Execução	
			I Trim.	II Trim.				
1	Receita corrente	4 903,79	731,75	1 766,69	70,19	141,43	50,95	Current Revenues
1.1	Receita tributária	2 803,21	604,69	805,01	31,98	33,13	50,29	Tax Revenue
1.1.1	Impostos	2 433,78	517,20	692,22	27,50	33,84	49,69	Tax
1.1.2	Taxas	87,25	34,39	37,16	1,48	8,06	82,00	Administration Fees
1.1.3	Custas	0,00	0,00	0,00	0,00	44,13%	9,54	Legal Fees
1.1.4	Emolumentos	2,70	5,15	3,22	0,13	-37,55	310,40	Emoluments
1.1.5	Receita parafiscal	104,23	6,23	30,24	1,20	385,21	35,00	Extra Tax Revenue
1.1.6	Contribuições	175,26	41,72	42,17	1,68	1,08	47,87	Social Contributions
1.2	Receita patrimonial	1 539,73	384,21	117,41	12,12	-69,44	7,63	Property income
1.2.1	Receitas Imobiliárias	0,54	0,03	0,59	0,06	2001,76	108,37	Property income
1.2.2	Rendimentos de Participações	0,26	0,00	0,00	0,00	-	0,00	Income from Participation
1.2.3	Rendimentos Recursos Minerais	1 538,23	384,10	116,82	12,06	-69,59	7,59	Mineral Resource Revenue
1.2.4	Outras Receitas Patrimoniais	0,70	0,09	0,10	0,01	21,31	14,83	Other Property income
1.3	Receita de serviços	8,42	1,76	1,44	0,15	-18,01	17,11	Service Revenue
1.4	Receita de Transferências Correntes	0,16	1,63	0,00	0,00	-100,00	0,00	Current Transfers Revenue
1.5	Indemnizações e restituições	0,00	0,03	0,01	0,00	-60,91	-	Compensation and refunds
1.6	Receitas correntes diversas	552,27	2,89	8,10	0,84	179,96	1,47	Other Current Revenue
2	Receita de capital	4 781,76	236,96	750,48	29,81	216,71	20,65	Capital Revenue
2.1	Alienação	1,30	0,56	0,07	0,00	-86,75	49,08	Alienation
2.1.1	Alienação de Habitações	0,25	0,42	0,01	0,00	-96,78	174,40	Property Alienation
2.1.2	Alienação de Empresas	0,60	0,11	0,02	0,00	-83,98	21,55	Company Alienation
2.1.3	Alienação de Bens Diversos	0,45	0,03	0,04	0,00	40,43	16,49	Goods Alienation
2.2	Receita de financiamentos	4 780,46	236,40	750,41	29,81	217,44	20,64	Financial Revenue
2.2.1	Financiamentos Internos	2 821,42	236,40	252,48	10,03	6,80	17,33	Domestic
2.2.2	Financiamentos Externos	1 959,04	0,00	497,93	19,78	-	25,42	External
	Receita Total	9 685,55	968,71	2 517,17	100,00	159,85	35,99	Total Revenue

Fonte: SIGFE

2. DESPESAS PÚBLICAS

GOVERNMENT EXPENDITURE

2.1 DESPESAS POR NATUREZA ECONÓMICA

EXPENDITURE BY ECONOMIC NATURE

Tabela 2. Receita por Natureza Económica **Akz mil milhões**

N.º	Descrição	OGE 2018	Execução		Estrutura II Trim.	Variação	Grau de Execução	
			I Trim.	II Trim.				
1	Despesa corrente	4 192,34	653,01	813,18	44,13	24,53	34,97	Current Expenditures
1.1	Despesa com o pessoal	1 580,18	337,80	333,57	18,10	-1,25	42,49	Compensation of employees
1.2	Contribuições do empregador	89,45	20,20	19,48	1,06	-3,54	44,36	Social Contributions
1.3	Despesa em bens e serviços	914,35	107,74	153,43	8,33	42,41	28,56	Expenses in Goods and Services
1.4	Juros	968,40	88,95	195,56	10,61	119,85	29,38	Interest payments
1.5	Subsídios	215,88	5,99	15,45	0,84	157,84	9,93	Subsidies
1.6	Transferências correntes	424,08	92,33	95,69	5,19	3,64	44,34	Current transfers
2	Despesa de capital	5 492,92	474,82	1 029,67	55,87	116,86	27,39	Capital expenditures
2.1	Investimentos	1 124,73	53,50	198,40	10,77	270,82	22,40	Investments
2.2	Transferências de capital	51,71	0,00	0,00	0,00	-	0,00	Capital Transfers
2.3	Aplicação em activos financeiros	155,41	2,01	0,00	0,00	-100,00	1,29	Aplicação em activos financeiros
2.4	Amortização da dívida	4 074,94	392,56	810,70	43,99	106,51	29,53	Debt Amortizations
2.5	Amortização: outros Pas. financeiros	78,24	26,74	20,57	1,12	-23,08	60,46	Other Liabilities Amortizations
2.6	Outras despesas de capital	7,89	0,00	0,00	0,00	-	0,00	Other Capital expenditures
3	Reservas	0,30	0,00	0,00	0,00	-	0,00%	Reserve
3.1	Reserva orçamental	0,30	0,00	0,00	0,00	-	0,00%	Budgetary Reserve
	Despesa Total	9 685,55	1 127,82	1 842,85	100,00	63,40	30,67	Total Expenditure

Fonte: SIGFE

2.2 DESPESAS POR ÓRGÃO DO GOVERNO

GOVERNMENT DEPARTMENTS EXPENDITURE

Tabela 3. Despesa por Órgão do Governo **Akz mil milhões** (Akz, billion)

N.º	Descrição	OGE 2018	Execução 2º Trimestre			Despesa Liquidada		
			Despesa Cabimentada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Grau Execução até 2º Trim	Estrutura 2º Trim	
1	Ministério Da Defesa Nacional	549,7	160,45	160,45	143,93	52,96	8,71	Ministry of National Defense
2	Ministério Do Interior	370,09	96,25	96,33	95,77	49,64	5,23	Interior Ministry
3	Ministério Da Construção E Obras Públicas	185,85	62,53	22,16	2,13	12,24	1,20	Ministry Of Construction And Public Works
4	Governo Provincial De Luanda	188,20	30,83	30,67	21,46	30,65	1,66	Luanda Regional Government
5	Ministério Da Energia E Das Águas	358,31	102,62	101,69	1,15	41,27	5,52	Ministry Of Energy And Waters
6	Ministério Da Admin. Púb.Trabalho E Segurança Social	186,32	44,18	44,18	43,80	46,82	2,40	Ministry of Public Administration, Labour and Social Security
7	Casa De Segurança Do Presidente Da Republica	82,45	22,24	21,54	22,45	48,24	1,17	Casa De Segurança Do Presidente Da Republica
8	Ministério Dos Transportes	47,25	3,44	4,39	0,49	14,77	0,24	Ministry of Transportation
9	Ministério Das Finanças	100,57	9,70	9,56	4,58	9,51%	0,85%	Ministry of Finance
10	Ministério Da Saúde	103,57	26,49	23,85	17,65	39,14	1,29	Ministry of Health
11	Governo Provincial De Benguela	80,54	16,93	16,62	11,44	39,81	0,90	Benguela Regional Government
12	Governo Provincial Do Huambo	70,90	13,52	13,39	11,46	36,98	0,73	Huambo Regional Government
13	Governo Provincial Da Huila	66,75	11,54	11,44	10,08	34,24	0,62%	Huila Regional Government
14	Min. Do Ensino Sup., Ciência, Tec. E Inovação	69,44	10,54	10,53	11,12	28,40	0,57	Minister of H. Educ. Science, Technology and Innovation.
15	Serviços De Inteligência E Segurança Do Estado	42,52	10,05	10,05	7,33	46,84	0,55	Intelligence And Security Services
16	Outros	7 183,05	2 585,47	1 265,45	1 196,72	27,18	68,67	Others

Fonte: SIGFE

2.3 ANÁLISE DO GRAU DE EXECUÇÃO DA DESPESA
BUDGET EXECUTION
Tabela 4. Despesa por Função **Akz mil milhões**

N.º	Descrição	OGE 2018	Execução 2º Trimestre			Despesa Liquidada		
			Despesa Cabimentada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Grau Execução até 2º Trim	Estrutura 2º Trim	
1	Serviços Públicos Gerais	856,88	161,62	146,13	128,32	32,46	7,93	Services
2	Defesa	591,40	149,65	148,95	132,50	44,66	8,08	Defense
3	Segurança E Ordem Pública	458,55	110,36	110,43	107,03	46,04	5,99	Public order and safety
4	Educação	562,06	94,17	93,82	72,31	33,23	5,09	Education
5	Saúde	393,15	64,11	61,32	45,44	28,19	3,33	Health
6	Protecção Social	617,94	96,47	96,46	92,14	29,46	5,23	Social protection
7	Habitacção e Serviços Comunitários	358,55	77,78	57,99	18,73	19,85	3,15	Housing and community amenities
8	Recreação, Cultura e Religiao	33,34	8,94	8,90	6,78	43,89	0,48	Recreation, culture, and religion
9	Assuntos Económicos	747,51	137,50	111,36	14,05	21,71	6,04	Economic affairs
9.1	Agricultura, Sicultura, Pesca e Caça	39,24	6,83	4,67	3,65	19,12	0,25	Agriculture, forestry, fishing, and hunting
9.2	Transportes	196,21	42,92	20,07	3,72	12,58	1,09	Transport
9.3	Combustíveis e Energia	214,31	76,37	76,37	0,63	53,25	4,14	Fuel and energy
9.4	Indústria Extractiva, Transformadora, Construcção	32,62	4,92	4,57	2,04	16,42	0,25	Mining, manufacturing, and construction
9.5	Assuntos económicos gerais, comerciais e laborais	246,68	2,97	2,86	2,36	2,58	0,16	General economic, commercial, and labor affairs
9.6	Comunicaçao e Tecnologias de Informaçao	14,25	2,26	2,26	1,12	24,93	0,12	Communication
9.7	Investigacção e Desenvol. em Assuntos Económicos	3,10	0,02	0,02	0,02	2,25	0,00	R&D Economic affairs
9.8	Outras Actividades Económicas	1,09	1,22	0,54	0,52	58,69	0,03	Other economic affairs
10	Protecção Ambiental	7,97	1,22	1,22	1,18	23,27	0,07	Environmental protection
11	Operacões De Dívida Pública	5 058,21	2 306,52	1 006,26	984,52	29,41	54,60	Public debt transactions

Fonte: SIGFE

3. DÍVIDA PÚBLICA

PUBLIC DEBT

3.1 OPERAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA

PUBLIC DEBT OPERATIONS

Tabela 5. Operações da Dívida Pública **Akz mil milhões** (Akz, billion)

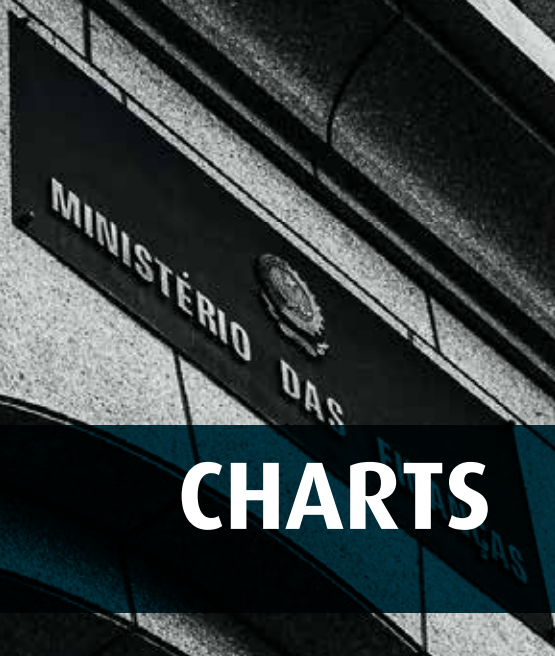
Operações da dívida pública		I Trimestre	II Trimestre	Estrutura II Trim.	Variação	Public Debt Operations
1	Serviço da Dívida	1 201,16	1 189,88	100,00	-0,94	Debt Service
1.1	Dívida Interna	797,11	730,89	61,43	-8,31	Domestic Debt
1.2	Dívida Externa	404,05	458,98	38,57	13,59	External Debt
1.3	% do PIB	4,76	4,71	-	-0,94	% GDP
2	Desembolsos	401,33	1 843,40	100,00	359,33	Disbursements
2.1	Desembolsos Internos	299,33	955,06	51,81	219,06	Internal Disbursements
2.2	Desembolsos Externos	102,00	888,34	48,19	770,97	External Disbursements
2.3	% do PIB	1,59	7,30	-	359,33	% GDP
3.	Stock da Dívida Pública	15 584,37	18 386,44	100,00	117,98	Debt Stock
3.1	Dívida Governamental	14 578,01	17 290,01	94,04	18,60	Government Debt
3.2	Dívida das Instituições Públicas	1 006,36	1 096,44	5,96	8,95	Public Debt

Fonte: UGD



GRÁFICOS

CHARTS



4. GRÁFICOS

CHARTS

Gráfico 1. Receita por natureza económica

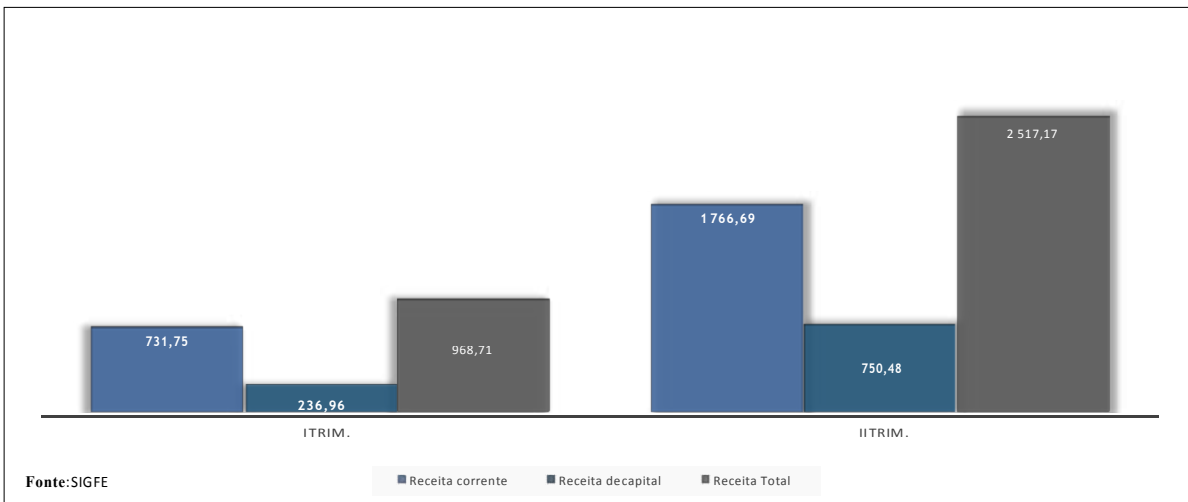


Gráfico 2. Despesa por natureza económica

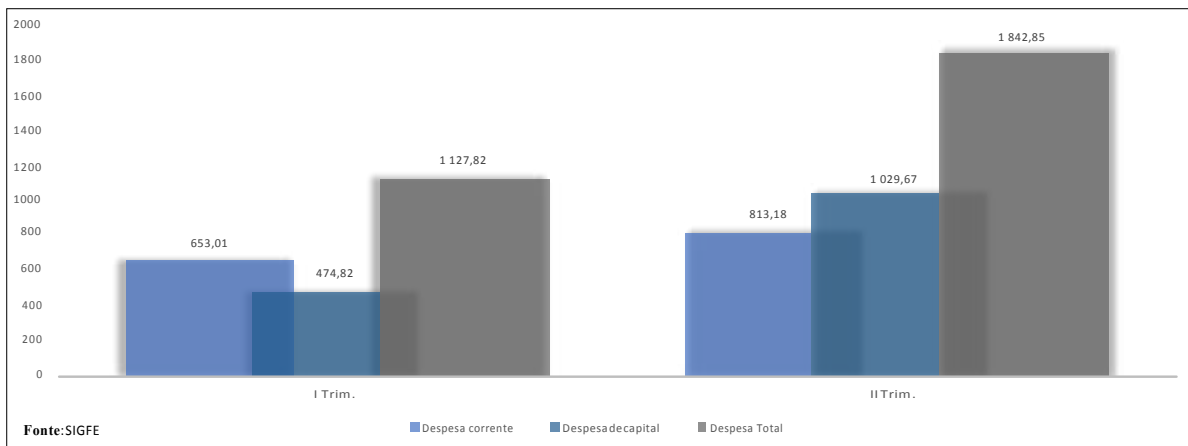


Gráfico 3. Despesa por função

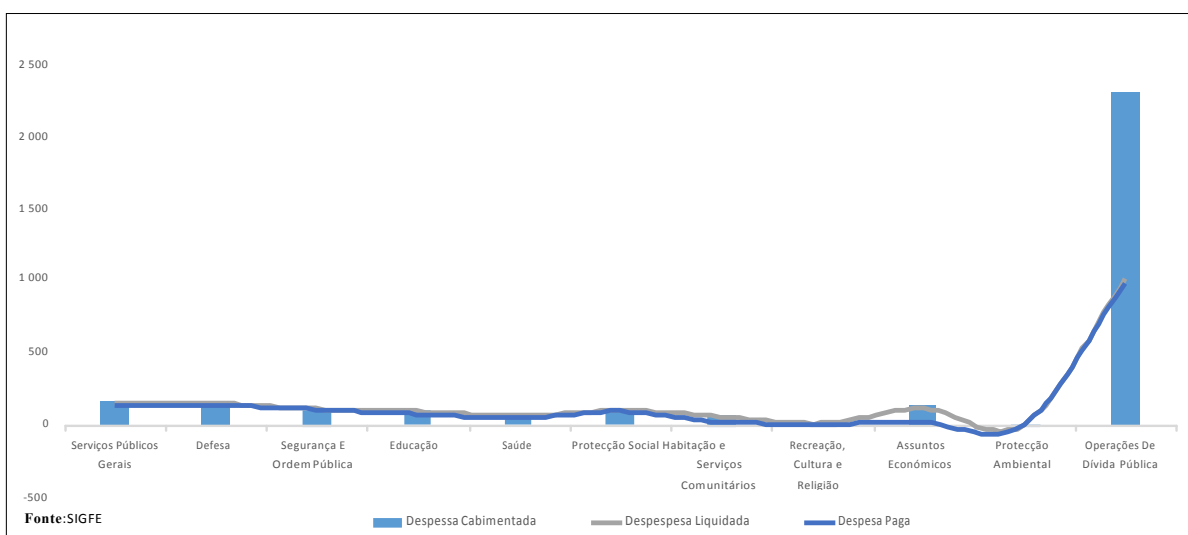


Gráfico 4. Grau de execução da despesa liquidada por função

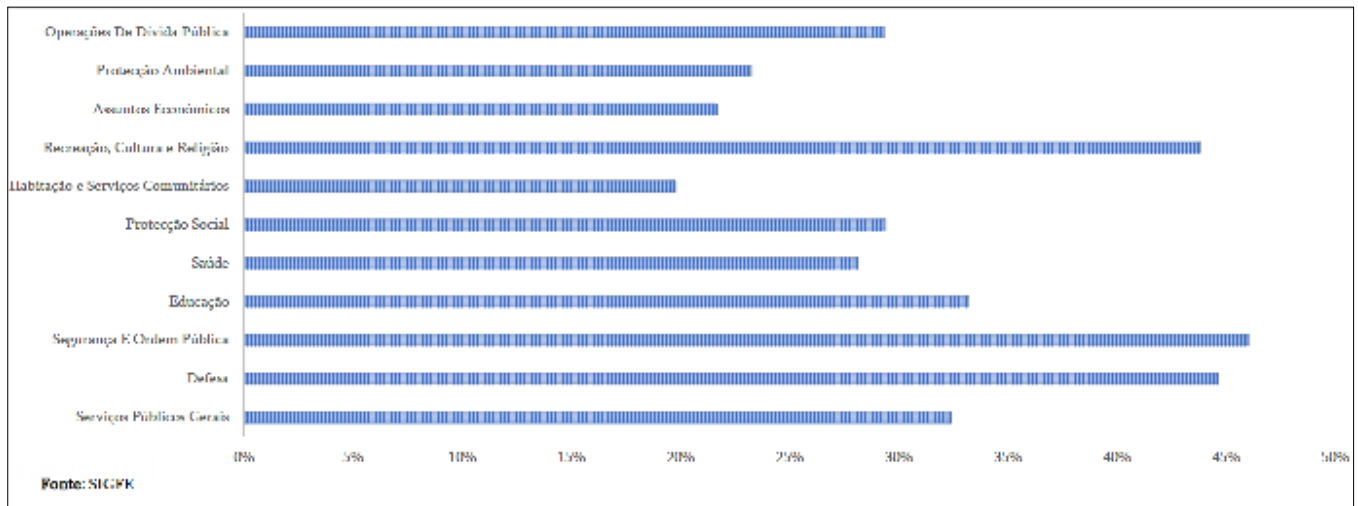


Gráfico 5. Serviço da dívida pública

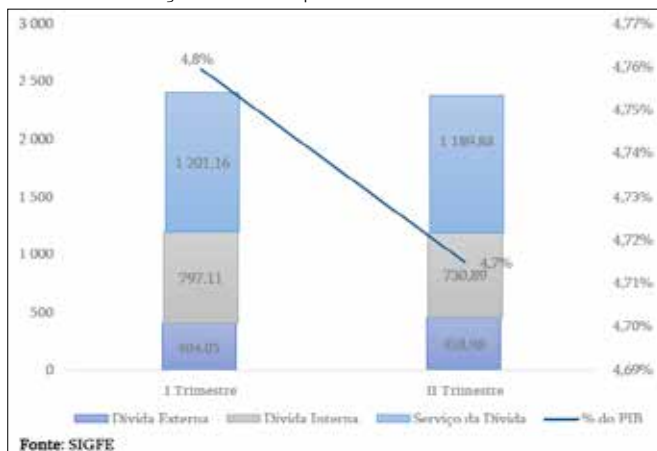


Gráfico 6. Desembolsos da dívida

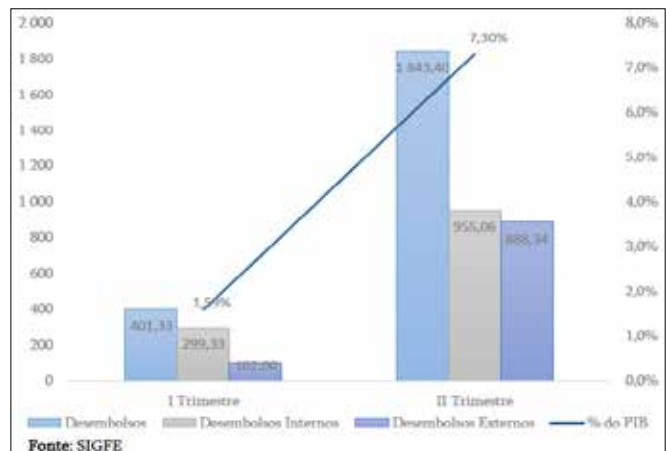
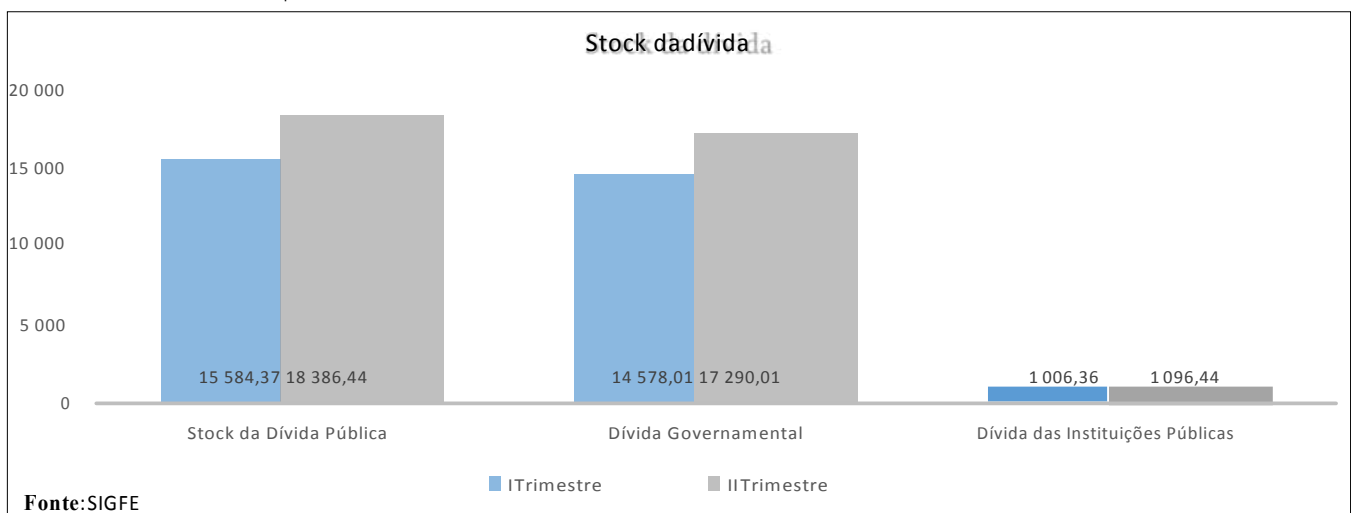
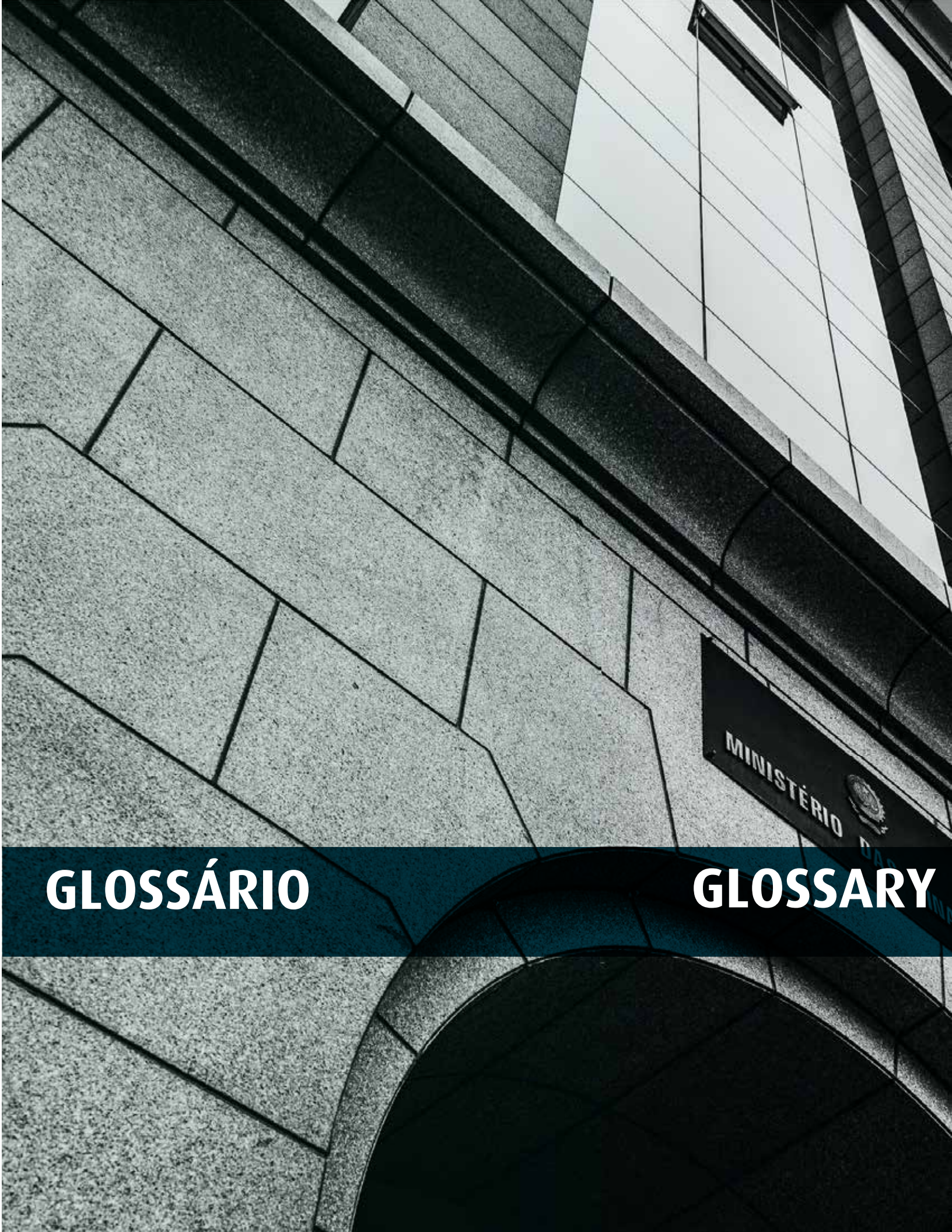


Gráfico 7. Stock da dívida pública





GLOSSÁRIO

GLOSSARY

4. GLOSSÁRIO

GLOSSARY

Activo

Conjunto de bens, valores, créditos e semelhantes, que formam o património de uma instituição. Os activos são elementos de valor tais como fábricas, maquinaria, instrumentos financeiros e intangíveis (como a marca registada de um produto).

Alienação

É a disposição do bem a título oneroso ou gratuito, nos termos da Lei.

Amortização

O conceito de amortização refere-se à extinção de uma dívida através de pagamentos feitos periodicamente, ou seja, quitando-a paulatinamente. Esses pagamentos são calculados por meio de um planeamento, onde cada prestação corresponde à soma do reembolso do capital ou do pagamento dos juros do saldo devedor, podendo ser o reembolso dos dois.

Balanço Fiscal

É o instrumento usado na gestão de finanças públicas em Angola que demonstra a receita arrecadada e despesa incorrida em dado período (mensal, trimestral e anual) demonstrando o saldo global (superavit ou deficit fiscal) e apresentando a forma como foi aplicado ou financiado o saldo global. É normalmente acompanhado de um memorando que apresenta os indicadores económicos do período em questão que influenciaram o desempenho das finanças públicas.

Desembolso

É o pagamento do bem adquirido ou do serviço prestado. Pode ocorrer antes, durante ou depois da data do seu recebimento ou prestação – este “prazo” geralmente é definido/norteado pelas Políticas da empresa no que tange ao prazo de pagamento de fornecedores.

Despesa Pública

Refere-se a todas as despesas públicas cometidas ao Estado ou à Autarquia, bem como aos organismos que deles dependem, inclusive as relativas aos fundos e serviços autónomos, instituições sem fins lucrativos financiadas maioritariamente pelos poderes públicos e a segurança social (Artigo 12.º da Lei-quadro do Orçamento Geral do Estado, Lei n.º 15/10, de 14 de Junho).

Despesas Correntes

É uma das categorias da classificação económica da despesa, correspondendo as despesas destinadas à manutenção ou operação de serviços anteriormente criados (exemplo: bens e serviços, pessoal, subsídios, etc), bem como as transferências realizadas com igual propósito (Artigo 16.º da Lei-quadro do Orçamento Geral do Estado, Lei n.º 15/10, de 14 de Junho).

Despesas de Capital

É uma das categorias da classificação económica da despesa, correspondendo as despesas destinadas à formação ou aquisição de activos permanentes, à amortização da dívida, à concessão de financiamentos ou a constituição de reservas, bem como as transferências realizadas com igual propósito (Artigo 16.º da Lei-quadro do Orçamento Geral do Estado, Lei n.º 15/10, de 14 de Junho).

Dívida Pública

Corresponde ao conjunto de compromissos financeiros do Estado, vencíveis num determinado prazo. Representa a totalidade de dívida que o Estado contraiu para ser amortizada num determinado período de tempo em moeda nacional ou externa. A dívida pública contraída directamente pelo Governo é denominada dívida pública directa, enquanto a dívida indirecta corresponde à dívida contraída por instituições públicas não pertencentes a administração directa do Estado como as empresas públicas ou por instituições privadas beneficiárias de garantidas emitidas pelo Estado em moeda nacional ou estrangeira. Faz igualmente parte da dívida indirecta, os títulos emitidos pelas empresas públicas.

Dívida pública externa

Dívida de empréstimos emitidos no mercado estrangeiro, independentemente da moeda e da nacionalidade dos credores.

Dívida pública interna

Dívida de empréstimos emitidos no mercado nacional, independentemente da moeda e da nacionalidade dos credores.

Emolumentos

Valor pecuniário pago pela contraprestação de um serviço prestado.

Imposto

É o pagamento obrigatório, cobrado pelos órgãos directos ou indirectos da Administração do Estado às unidades residentes e não residentes, pela produção, venda, compra ou utilização de bens e serviços que incidem sobre os custos de produção no território nacional.

Passivo

Total de dívidas e obrigações de uma empresa.

Alienação

Derivada da prestação de serviços em vários domínios de actividade.

Receita Liquidada

Receita efectivamente paga ao Estado, consubstanciada no depósito de valores na Conta Única do Tesouro (CUT) no BNA. No entanto, tendo em conta a particularidade do sistema das finanças públicas em Angola, são consideradas também as notas de liquidação referentes as despesas em nome do Estado efectuadas pela Sonangol, EP nomeadamente o pagamento do serviço da dívida, contribuições para o Fundo Petrolífero e outras deduções a receita fiscal petrolífera.

Receita Patrimonial

Refere-se ao recurso da fruição do património, seja decorrente de bens mobiliários ou imobiliários, ou seja receita advinda de participação societária.

Receitas Correntes

É uma das categorias da classificação económica da receita que representa as receitas tributárias, patrimoniais, de serviços, bem como as transferências recebidas para atender quaisquer despesas (Artigo 10.º da Lei-quadro do Orçamento Geral do Estado, Lei n.º 15/10, de 14 de Junho).

Receitas de Capital

São as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de operações de crédito e da conversão em espécie de bens e de direitos, bem como de saldos não comprometidos de exercícios anteriores (Artigo 10.º da Lei-quadro do Orçamento Geral do Estado, Lei n.º 15/10, de 14 de Junho).

Serviço da Dívida

Compreende aos pagamentos referentes aos juros e amortizações de principal por parte do Estado, como devedor ao abrigo dos empréstimos obtidos ou linhas de crédito recebidas.

Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE)

De acordo com o artigo 1.º do decreto que define os órgãos, as regras e as formas de funcionamento do Sistema integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE), Decreto n.º 73/01, de 12 de Outubro, o SIGFE visa assegurar a dinâmica e eficácia da execução financeira descentralizada do Orçamento Geral do Estado (OGE).

Taxa

É uma prestação pecuniária, que pressupõe ou dá origem a uma contraprestação específica resultante de uma relação concreta entre o contribuinte e um bem ou serviço público (v.g. portagens). A taxa pode ser aplicada na utilização de um bem do domínio público. Pode, todavia, sustentar-se ainda que há situação semelhante no caso do uso ou da compra de bens patrimoniais e de serviços de entes públicos. A taxa visa, assim, facilitar ou dificultar o acesso aos serviços públicos e proceder à justa distribuição dos encargos públicos.

Unidade de Gestão da Dívida (UGD)

A Unidade de Gestão da Dívida Pública, abreviadamente designada UGD é um serviço personalizado do Estado, goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa, patrimonial e financeira. Desenvolve a sua actividade sob tutela e superintendência do Ministro das Finanças.

A UGD rege-se pelo Estatuto Orgânico aprovado pelo Decreto Presidencial nº 125/13 de 28 de Agosto, pelos Regulamentos Internos e subsidiariamente, pelo Regime Jurídico dos Institutos Públicos e demais legislação aplicável.



Largo da Mutamba
Palácio das Finanças
1235, Luanda - Angola
+(244) 222 706 000 / +(244) 222 706 101